



## ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL: A CONSTRUÇÃO DO PADRÃO UNITÁRIO DE QUALIDADE<sup>1</sup>

Aldacir Antônia de Albuquerque<sup>2</sup>

Érica Azevedo da Silva<sup>3</sup>

Frederico Rodrigues Nogueira Filho<sup>4</sup>

Marilena H. Garcia Nogueira<sup>5</sup>

Manon da Silva<sup>6</sup>

Milton Sergio Martins Barreto<sup>7</sup>

**RESUMO:** *O estudo insere-se entre os que analisam as políticas educacionais, especificamente a questão da organização da educação nacional do padrão unitário de qualidade. Tem como fontes de dados textos legais, propostas de reforma do governo, propostas defendidas em fóruns nacionais em defesa da escola pública e resultado de estudos de grupos de pesquisa. Os dados preliminares apontam para o embate de projetos estratégicos para a Educação. Apontam, ainda, que a proposta do governo contém fortes indícios de orientações e de adequação as agências internacionais e as pressões do mercado que orientam a formação do novo trabalhador. Apontam também para a necessidade da construção de referências para a definição do padrão unitário de qualidade da educação nacional e de ampla base nacional educacional científica & tecnológica.*

**Palavras-chave:** Política educacional; Organização da educação; Formação humana

### INTRODUÇÃO

O estudo se insere entre os que tratam da organização do sistema nacional de educação e compõe iniciativa da LEPEL/FACED/UFBA, desenvolvida pelo coletivo dos estudantes de pós-graduação da disciplina “Metodologia do Ensino e da Pesquisa sob enfoque materialista histórico dialético”. Partimos da compreensão de que a educação é um direito universal de todos, é de interesse social público, está assegurada na constituição nacional, compondo a política do Estado, devendo ser por ele financiada na perspectiva da construção de um amplo, sólido e consistente lastro nacional educacional, científico e tecnológico. Quanto à gestão, esta deve se caracterizar pela democracia, transparência, participação, referenciada em um padrão unitário nacional de qualidade social. Compreendemos, também, que a educação, como política cultural, deve estar voltada para a formação omnilateral de todos os seres humanos, em um sistema nacional que tenha um padrão unitário de qualidade e que permita o acesso, permanência e conclusão de um ensino de qualidade socialmente referenciado. A partir da constatação de dados

<sup>1</sup> Trabalho orientado pela Professora Doutora Celi Nelza Taffarel da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. [taffarel@ufba.br](mailto:taffarel@ufba.br).

<sup>2</sup> Professora Licenciada em Educação Física. Aluna Especial da Pós-Graduação em Educação da FACED/UFBA

<sup>3</sup> Socióloga. Aluna Especial da Pós-Graduação em Educação da FACED/UFBA

<sup>4</sup> Professor Licenciado em Educação Física. Aluno Especial da Pós-Graduação em Educação da FACED/UFBA

<sup>5</sup> Professora Licenciada em Educação Física. Aluna Especial da Pós-Graduação em Educação da FACED/UFBA

<sup>6</sup> Professora Licenciada em Dança. Aluna Especial da Pós-Graduação em Educação da FACED/UFBA

<sup>7</sup> Professor Licenciado em Educação Física. Aluno Especial da Pós-Graduação em Educação da FACED/UFBA



da realidade educacional brasileira, diagnosticados pelo MEC e por entidades de pesquisa educacional, concluímos que o sistema nacional de educação se apresenta fragmentado em diferentes níveis – ensino infantil, educação básica – fundamental e médio - ensino profissionalizante, educação superior – carecendo de uma maior integração visto que os problemas de um nível têm repercussão no nível seguinte. Para exemplificar, mencionamos a relação entre o ensino básico fundamental e médio e o ensino superior. Um ensino fundamental e médio de baixa qualidade dificulta o acesso e permanência no ensino superior. Estes dados permitem afirmar que a compreensão de sistema nacional passa, necessariamente, pela organização administrativa e pelas formas de financiamento e pela gestão do trabalho pedagógico. Análises dos documentos sobre SNE, acumulados pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, nos permitem afirmar que o SNE deve ser a expressão institucional da materialização do preceito constitucional de que educação é direito de todos e dever do Estado; promover a integração da sociedade brasileira no processo de tomada de decisões, autônoma, independente, auto-determinada, acerca do projeto de educação que satisfaz as necessidades coletivas da educação infantil, do ensino básico – fundamental e médio – e do ensino superior, tanto na cidade quanto no campo; deve ser estruturada de forma a garantir a soberania da nação, a formação omnilateral, o desenvolvimento das artes, do científico e tecnológico e as inovações, bem como a afirmação da identidade cultural brasileira.

## EDUCAÇÃO CIÊNCIA E ESTADO

Os balanços críticos, sérios e responsáveis demonstram que a política do desmonte do Estado materializa-se na área de Educação, Ciência e Tecnologia através da retirada de investimentos e desmantelo das fragilizadas agências de financiamento<sup>8</sup>. As agências nacionais estão com recursos cada vez mais limitados frente à demanda, sejam elas federais – CAPES, CNPq -, sejam estaduais - Fundações de Amparo à Pesquisa.

Os últimos governos no Brasil, junto com o FMI e Banco Mundial, vêm formulando políticas públicas subalternas e ameaçando a soberania da nação. As repercussões desta política de desmonte são fatais para a educação em geral e em especial para as Instituições de Ensino Superior<sup>9</sup>. Representam concretamente a morte das possibilidades de um amplo lastro nacional de competência educacional, científica e tecnológica, a partir de interesses públicos.

Os avanços científicos e tecnológicos, nos anos 90, são inquestionáveis, mas estão associados ao aumento da exploração e da pobreza. Iniciou-se um salto qualitativo na utilização de novas tecnologias no conjunto da economia, mas isto ocorre com o incremento da precarização do emprego, a polarização social e o desemprego estrutural. O fator central é a extração da mais-valia e não-contribuições ao progresso da civilização, ampliação de bem-estar e direitos, alívio do trabalho, com diminuição da jornada. Isto está acompanhado de aumento na produtividade e reduções salariais o que revela a inconsistência das reclamações dos capitalistas. A introdução de tecnologias vem acompanhada pela exploração que é evidente na mobilidade do

<sup>8</sup> Fernando Collor de Mello desmantelou da noite para o dia a CAPES, uma das principais agências financiadoras de Programas de Pós-Graduação no Brasil.

<sup>9</sup> A proposta de “reforma universitária” do Governo Lula vem fragmentada em vários projetos – SINAES (avaliação), PROUNI (compra de vagas em particulares), Lei de Inovação Tecnológica (uso da universidade para fins privados), entre outros projetos referentes ao financiamento. A intenção é alterar a concepção e o marco regulatório da universidade através de tais projetos e da criação de Lei Orgânica que compromete a autonomia da universidade pública. O governo defende a concepção de público não estatal, de regulação das fundações e de repasse de verbas públicas para o setor privado via PPP (Programa de Parceria Público Privado). Ver mais In: Universidade e Sociedade. Ano ° XIV, Nº 33 Junho de 2004.



capital para regiões que oferecem mão-de-obra barata. O desemprego constitui o principal traço universalmente associado ao surgimento de novas tecnologias, mas a mudança tecnológica não entranha o aumento do desemprego, como erroneamente acreditavam os operários na alvorada do capitalismo, o que os levava a destruírem as máquinas. O desemprego não é tecnológico. As leis do capitalismo é que pressupõem o desemprego, qualquer que seja a intensidade da mudança tecnológica. O que tem relação é o aumento da produtividade, a produção e o consumo que vem aumentando a ritmo baixo. Portanto mudança tecnológica impulsionada e orientada pela taxa de lucro atua como um instrumento de opressão social. A generalização decorre sob o impacto da internacionalização, caráter central do processo econômico recente. Formam-se os grandes blocos econômicos e elaboram-se as leis do comércio que destroem direitos e conquistas e violentam as constituições nacionais, colocando em risco a noção de estado soberano.<sup>10</sup>

As conseqüências econômicas e sociais trágicas do atual sistema de relações sociais capitalistas podem ser confirmadas nos dados das pesquisas apresentadas por George (1995)<sup>11</sup>, a partir das investigações do Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social. O sistema acentuou desigualdades no seio das sociedades ricas e pobres, aumentou disparidades (abismo) entre regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas, provocou desemprego maciço e insegurança para a maioria das populações.(GEORGE 1995, p.50) aponta o paradoxo do sistema atual:

Surpreendente paradoxo: tornou-se urgente, talvez vital, a necessidade de se proteger o mercado, de impedi-lo de se auto-destruir. Seu comportamento aberrante, já que não controlado, pode mergulhar a humanidade em um caos financeiro generalizado [...] o perigo de um caos financeiro generalizado [...] (Susan GEORGE, socióloga americana, especialista em Dívida Externa dos Países de Terceiro Mundo).

Esta urgência pode ser confirmada nos ajustes dos planos. Podem ser confirmados também em análises rigorosas sobre os ciclos clássicos de crise do capital, a saber: a crise de superprodução, estreitamento do aparelho produtivo, destruição das forças produtivas, relançamento da produção e reconquista do mercado e, por fim, o elemento dominante da fase atual, que é o parasitismo econômico e a especulação. Esta é a situação qualitativamente nova,

<sup>10</sup> Sobre os Acordos Internacionais consultar ainda, SANTOS. Boaventura de Souza. O Acordo multilateral de investimento. Folha de São Paulo. 2-Dinheiro, 15/03/98. MIRAGAYA, Júlio. ALCA: O estrangulamento das Nações. Gazeta Mercantil-Distrito Federal. Ano I N° 127, quinta-feira, 16 de abril 1998. CONFERÊNCIA HEMISFÉRICA CONTRA OS TRATADOS DE LIVRE COMÉRCIO E AS PRIVATIZAÇÕES. São Francisco, Califórnia, 14 a 16 de novembro de 1997. REUNIÃO Internacional Contra o Mercosul e a ALCA. Porto Alegre 20 e 21 de setembro de 1997. Nos dias 18 e 19 de abril aconteceu em Santiago do Chile, a 2ª Reunião de Cúpula das Américas, com a presença de 34 chefes de Estado do continente, para dar continuidade ao processo de discussão da constituição da ALCA - Associação de Livre Comércio das Américas. Segundo Júlio MIRAGAYA - Analista Econômico da CEDEPLAN e Presidente do Sindicato dos economistas do DF-, trata-se de uma articulação envolvendo os distintos interesses econômicos nacionais e que resultará em expressiva repercussão nas respectivas economias, assim como nas condições de vida dos povos das Américas. A ALCA é a resposta Americana à ofensiva dos alemães na Europa (Tratado de Maastrich - União Européia) e japoneses na Ásia (APEC - Cooperação Econômica Ásia-Pacífico), Associação de 13 países Asiáticos e ainda, México, Canadá, Chile e EUA. Seu objetivo é estender o mercado criado inicialmente pelo NAFTA - North American Free Trade Association - que engloba EUA, México e Canadá, até a Patagônia. Isto significa somente na América Latina de um PIB global de 2,73 trilhões de dólares, equivalente ao PIB da China ou 2,5 vezes superior ao PIB dos Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura). A América Latina conta com uma população aproximada de 500 milhões de pessoas. Nestes acordos não são discutidas as CARTAS SOCIAIS, que estabelecem a manutenção e avanços nos direitos sociais dos trabalhadores.

<sup>11</sup> GEORGE, S. A falência do sistema liberal. In: Atenção. Novembro 1995, Ano I N. 1 p50-57.



mas que já havia sido detectada e anunciada por ENGELS, em seu prefácio à edição inglesa de “O Capital”, em novembro de 1886. Os problemas com a destruição da natureza, que hoje estão evidentes na destruição dos ecossistemas, na perda do capital natural, os problemas da disseminação de doenças ou perda de fertilidade, o problema dos custos sociais e ambientais dos dejetos industriais, dos conflitos gerados e sustentados pelo endividamento, não são dissociados. Isto pode ser perfeitamente detectado, pois que, dos 75 países implicados em guerras há dez anos, três quartos estão endividados. Relacionam-se com a reconstituição do capitalismo para manutenção de taxas de lucros. Relacionam-se com a fase do imperialismo senil em marcha para a desagregação do mercado mundial. Portanto a incapacidade do capitalismo em abrir um futuro à humanidade pode ser verificada pelos fatos. Prossegue e agrava-se o declínio das forças produtivas neste sistema baseado na propriedade privada dos grandes meios de produção.

As novas tecnologias gerenciais, empresariais, informacionais, computacionais, robóticas, etc. estão sujeitas e desenvolvem-se no bojo da dimensão crucial dos limites do capital e do seu desenvolvimento, que traz em si o espectro de destruição dos postos de serviço - desemprego estrutural - precarização (flexibilização) do trabalho, abolição de direitos sociais duramente conquistados pela classe trabalhadora, processo que se dá conjugadamente pelos avanços do imperialismo que amplia desenvolvimento desigual e pelo monopólio privado da ciência e tecnologia. A nova base tecnológica permite deslocamento de investimentos produtivos de uma para outra parte do mundo para buscar vantagens nas taxas de lucro e, ainda, aumenta exponencialmente a intensidade do capital morto e, conseqüentemente, diminui o capital vivo – força de trabalho. Com estas armas, está sendo desmobilizada e destruída a organização sindical que se vê forçada a negociar direitos e conquistas por uma garantia mínima de emprego, ampliando-se as possibilidades de super-exploração da força de trabalho. Perdem-se irreversivelmente postos de trabalho, frente à perda de capacidade financeira dos estados nacionais e pelo desmonte dos estados sob a égide das reformas neoliberais. Outro fato relevante é que os maiores exemplos de inovações contemporâneas concentram-se na economia militar. São extremamente significativos o volume e a incidência econômica na economia armamentista, pois todas as inovações significativas das últimas décadas foram inicialmente concebidas na órbita militar.

Assim como a educação, a ciência e tecnologia devem ser vistas no quadro da crise histórica mais profunda do capitalismo, como uma tentativa extrema do capital de se adaptar às condições de sua própria crise e, ao mesmo tempo, de sair dela através do único método que o capital conhece: a recomposição da taxa de lucros por meio do aumento da mais-valia, ou seja, por meio do aumento da exploração do proletariado, a gestão e construção de um padrão de referencia nacional de qualidade para a educação deve ser contextualizada no quadro da sociedade capitalista.

Desde o início do século, a forma de organização do capitalismo vale-se da educação e da ciência e tecnologia. O taylorismo (tarefas simples e repetidas), o fordismo (linha de montagem), o fordismo-keynesiano (intervenção do estado na economia) a globalização ou mundialização da economia capitalista (desregulamentação, ajustes estruturais, reformas, abertura da economia nacional), o toyotismo ou acumulação flexível (organização da produção flexível de acordo com a demanda) representam, no âmbito da organização do trabalho, o emprego de tecnologias que assumem o caráter de força produtiva porque alteram significativamente o processo de trabalho e as relações entre capital e trabalho. Às tais organizações do trabalho corresponderam projetos de escolarização.

A sonegação à educação pública gratuita e de qualidade socialmente referenciada e a fragmentação da ciência são fatores impulsionadores do rumo à barbárie porque acentuam a alienação humana. A tendência dos cientistas à fragmentação reflete a própria tendência à



fragmentação da produção, para o crescimento desordenado da divisão social capitalista do trabalho. A sonegação do conhecimento científico - métodos e produtos - e a destruição da base de produção de ciência e tecnologia, que é educacional, evidenciam os interesses de classes antagônicas em confronto. Isto não significa a emancipação da ciência da filosofia, mas sua colocação a serviço da pior das filosofias, sua submissão às idéias dominantes de uma época, às idéias da classe dominante. A realidade não é neutra, está dividida entre os interesses de classe inconciliáveis, onde a pressão imediata é exercida pelos interesses da classe dominante. Sob o capitalismo, esta contradição determina o vetor do conhecimento científico, o que deve ser estimulado, produzido, veiculado.

A ciência e a educação são dois aspectos de um único processo histórico e está vinculado ao desenvolvimento da força de trabalho. A sonegação/negação do conhecimento científico - seus métodos e produtos -, nas escolas públicas, sob o financiamento do Estado, a destruição da Universidade Pública, base do melhor Sistema de Ciência & Tecnologia da América Latina, denunciam estes interesses de manutenção da exploração máxima.

Com base em tais fatos, reconhecemos que o uso proveitoso da ciência requer a emancipação do trabalho assalariado da dominação despótica do capital. No capitalismo, prevalece o baixíssimo investimento; na ciência, quando os objetivos são prioridades sociais, mas de baixa rentabilidade, como a eliminação da pobreza, da fome, ou da insatisfação do trabalho, mas continuam super, mega investimentos em tecnologia com propósitos bélicos ou na destruição econômica dos concorrentes. A mudança científica governada pelo mercado é parte da pré-história do gênero humano. O uso das novas tecnologias na economia globalizada pressupõe a planificação internacional do processo geral de inovações. A mudança tecnológica, orientada pelo lucro, implica descontrole social que ameaça a sobrevivência do meio ambiente, das forças produtivas e da sociedade. A destruição ecológica é o exemplo mais contundente da imperiosa necessidade de uma planificação mundial da inovação, incapaz de se materializar sob o capitalismo.

A este respeito: (FORRESTER 1997, p. 144) defende que:

[...] Não se trata de negar, de recusar a mundialização o surto das tecnologias, que são fatos, que poderiam ser animadores, não só para as “forças vivas”. Trata-se, pelo contrário, de levá-los em consideração. Trata-se de não ser mais colonizado. De viver com conhecimento de causa, de não aceitar mais tacitamente as análises econômicas e políticas que passam por cima de fatos, que só os mencionam como elemento ameaçadores, obrigando a medidas cruéis, as quais se tornarão ainda piores se não forem aceitas com toda a submissão [...].

A aplicação proveitosa da ciência, segundo o que aponta a histórica luta da classe trabalhadora e as análises de estudiosos no campo socialista como Mészáros (2003), apóia-se em quatro pilares: a) planificação, b) democracia, c) cooperação internacional, d) abolição paulatina do mercado. Planificação sob os auspícios das reivindicações dos sujeitos históricos que estabelecem as prioridades da maioria da população que, em suas organizações operárias, expressam a vontade dos trabalhadores. A substituição do mercado pela planificação é um processo paulatino que exige uma dinâmica de inovação adaptada ao ritmo desta renovação. Com estes alicerces socialistas, será possível aplicar de forma genuína e eficaz o processo inovador de criação da ciência com perspectivas dignas de vida para toda a humanidade.



## CONCLUSÃO

Concluimos, após analisar a situação da educação, ciência e tecnologia, no modo de produção capitalista, que se faz imprescindível a defesa de um projeto de escolarização para a nação brasileira que se distinga pela qualidade e não pelas disparidades e acentuadas diferenças no padrão de qualidade. Esta perspectiva de Plano Nacional de Educação pode ser encontrada nos documentos da sociedade brasileira organizada em torno do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. É procedente a proposta do PNE da sociedade brasileira que defende a construção de um sistema de educação que integre propostas das instituições educacionais de interesse público, de modo a assegurar um padrão unitário de qualidade, ou seja, a universalização da educação em todas as modalidades e níveis. Concluimos que o aspecto problemático da proposta é o método de sua concretização, ou seja, como tornar realidade a construção de um padrão unitário de qualidade, inclusive com a existência de um programa de avaliação do mesmo que se consubstancie em uma estratégia de transformação social para além do capital? A proposta que estamos defendendo é a de discutir os critérios e os métodos para a construção do PNE conforme propõe a Sociedade Brasileira organizada no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, a partir da integração de todos os envolvidos com a educação, cultura e pesquisa para a definição de um padrão unitário. Isto implica questionar o sistema, partindo da LDB e do PNE do governo que recebeu vetos que ainda não foram derrubados.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 99.328** de 19/06/1990, que instituiu o SIAPE

BRASIL. **Lei N 9.192/95**, de 1995 a qual concentra no Poder Executivo Federal a outorga da escolha dos representantes das instituições acadêmicas.

BRASIL. **Lei 9394/96**. Lei de Diretrizes e Bases de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei nº 4.320**. Trata da Autonomia e Administração Financeira e Patrimonial que estipula que as IES não podem sofrer ingerências no que diz respeito à liberdade de executarem seus orçamentos.

BRASIL. **Medida Provisória nº 2.250/2002** de 2002. Que retirou das universidades as suas procuradorias jurídicas.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 63 de 20/03/2001** do MPOG. Veda-se a realização de concursos públicos para provimento de cargos de docentes.

BRASIL. **Portaria nº 163 de 02/08/2001** do MPOG. Trata da definição que o provimento dos cargos de docente seria na classe de professor adjunto com titulação de doutor.

CADERNO Adusp. **Como e por quê as fundações privadas “de apoio” estão destruindo o caráter público e gratuito da USP**. São Paulo, 2004.

CADERNOS Andes. **ANDES – SN: 20 anos – Trajetória, lutas e perspectivas (Memória da luta III)**. São Paulo – SP: 2001.



CHAVES, Vera Lúcia Jacob. **Poder do Estado e Poder dos Docentes - Um olhar sobre o Movimento Docente da UFPA.** Belém – PA: SPEP/GRAPHITTE, 1997.

CUNHA, Luiz Antônio e Moacyr de Góes. **O golpe na Educação.** Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor: 1985.

LOUREIRO, Isabel e Maria Cândida Soares Del-Masso. (Organização). **Tempos de Greve na Universidade Pública.** Marília: Unesp-Marília-Publicações, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2002.

NODARI, Eunice Sueli. **Luta e resistência: APUFSC 20 anos.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996.